



**As Cotas Trans na Unicamp:**  
bastidores da construção de uma Política Pública de Ações  
Afirmativas para pessoas Trans, Travestis e Não-binárias

Letícia Asfora Falabella Leme<sup>1</sup>  
Solluá Borges de Souza<sup>2</sup>

LEME, L. A. F.; Souza, S. B. de. **As Cotas Trans na Unicamp:**  
bastidores da construção de uma Política Pública de Ações  
Afirmativas para pessoas Trans, Travestis e Não-binárias  
*História Social*, vol. 20, p. 01-20, e025004, 2025

**Entrevistada:** Solluá Borges de Souza, doutoranda em Ciências Sociais, pesquisadora discente junto ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, coordenadora do Núcleo de Consciência Trans (NCT) e do Transpologias, Grupo de Estudos em Travestilidades, Transexualidades e Não-binariedades, além de ser integrante da Comissão Assessora de Gênero e Sexualidade da Diretoria Executiva de Direitos Humanos, todos na Unicamp.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História na Unicamp, na área de Cultura, Memória e Visualidades, pesquisadora discente do Centro de Estudos Foucaultianos, Gênero e História das Subjetividades (CEFOS) e Editora da revista História Social. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9385-6163>.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Unicamp. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2414-8056>

Pensada para integrar o dossiê *Políticas Afirmativas e a Construção do Conhecimento Histórico*, da *História Social*, esta entrevista com Solluá Borges de Souza, pesquisadora e co-coordenadora do Núcleo de Consciência Trans (NCT) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), oferece um panorama detalhado sobre a construção da política de ações afirmativas para o ingresso de pessoas trans, travestis e não-binárias em nossa universidade. A conversa desvenda as disputas de um processo que une ativismo, pesquisa e articulação política para concretizar uma demanda histórica e latente no contexto contemporâneo.

Solluá detalha a trajetória que levou à criação do Grupo de Trabalho (GT) das cotas trans, ressaltando o papel central da greve estudantil de 2023, a importância de novas formas de organização como as Transsembleias, e as estratégias de articulação em diferentes frentes. A entrevistada também aborda as resistências enfrentadas, as negociações necessárias, e a complexa articulação para navegar em um cenário de “pânicos morais” sobre gênero e identidade. A conversa conclui com reflexões sobre os desafios futuros, enfatizando a necessidade de políticas de permanência e a importância de que a universidade continue a se transformar para acolher as transepistemologias produzidas por esses novos corpos e mentes que ingressarão na academia. Sem mais delongas, e com profundos agradecimentos a Solluá pela disponibilidade e generosidade, passemos à entrevista.

1. Para começar, você poderia me falar seus pronomes, contar um pouco da sua trajetória de pesquisa e contar como ela te trouxe até a Unicamp e ao Núcleo de Consciência Trans (NCT)?

**Solluá:** Sou uma pessoa trans não-binária bissexual, branca, de 32 anos, e utilizo os pronomes ela/dela. Ingressei na Unicamp no ano de 2021 para cursar o doutorado em Ciências Sociais, na linha de Estudos de Gênero, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, sob orientação da Profª. Drª. Karla Bessa.

A Unicamp sempre foi um desejo que me parecia distante, especialmente em razão de eu ser de uma cidade pequena e extremamente conservadora do interior do Rio Grande do Sul, de uma família sem muita tradição de estudos. Possuo Bacharelado em Direito pela URI (2015), universidade comunitária da minha cidade de nascimento, Santiago. Fui bolsista PROUNI 100%. Cheguei a ingressar no Mestrado em Direito na UFSM (2016), mas acabei abandonando o curso em função de descontentamentos pessoais e conflitos institucionais. Em 2017 passei na seleção de Mestrado em Ciências Sociais da UFSM, pós-graduação que concluí em 2019. O período em que estive entre a graduação e os dois mestrados foi recheado de experiências, especialmente porque sempre fui uma pessoa que se envolveu com debates sociais, grupos de pesquisa e ensino sobre gênero e sexualidade, movimentos ativistas LGBT's, dentre outros – fiz parte do Coletivo VOE de Diversidade Sexual de Santa Maria/RS. Quando cheguei em Campinas, logo o ativismo me chamou. Não sei ficar muito tempo afastada. Dessa vez a partir de um lugar diferente em termos de como eu me identifico social e politicamente: quando era ativista LGBT, identificava-me apenas como não heterossexual; em Campinas passo a expor ao mundo minha identificação como pessoa trans não-binária e bissexual. Assim que passo a contribuir com o Núcleo de Consciência Trans e, logo depois, sou convidada para ser uma das co-coordenadoras e a compor o Grupo de Trabalho estabelecido pela Reitoria para elaborar uma política de ações afirmativas para o ingresso à graduação de pessoas trans, travestis e não-binárias. Esse reconhecimento se deu em razão das pesquisas que realizei junto ao Pagu, sendo que tenho uma trajetória de pesquisa de mais de 10 anos nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça, dentre outros marcadores sociais de diferenciação, além do compromisso afetivo e político mantido com as coletividades trans da Unicamp. Atualmente, inclusive, co-fundei, junto com a Antropóloga Travesti Elis Rosa, o TRANSpologias, primeiro Grupo de Estudos sobre Travestilidades, Transexualidades e Não-binariedades da Unicamp, do qual sou a atual coordenadora.

2. A greve estudantil de 2023 teve um papel marcante na universidade. Como ela contribuiu para a emergência da pauta das cotas para pessoas trans?

**Solluá:** Considero importante mencionar que a greve não foi necessariamente o evento que iniciou a discussão sobre a inclusão de pessoas trans, travestis e não-binárias na Unicamp, embora ela tenha tido um papel central, como ainda explicarei. Antes, contudo, outras pessoas trans já haviam disputado espaços aqui na Universidade, mas talvez com menor visibilidade para suas demandas, como vemos a força que as mobilizações estudantis trans possuem na Unicamp hoje. A participação trans nas greves da Unicamp remonta, inclusive, ao ano de 2016, quando o movimento negro e a frente pró-cotas realizou a greve que marcou a conquista das cotas étnico-raciais e do vestibular indígena. Mas é preciso dizer que se tratam de contextos distintos. O movimento negro da Unicamp daquele período, somado às pessoas trans que entrincheiraram o Núcleo de Consciência Negra e a Frente Pró-Cotas (vale ressaltar que os registros fotográficos do processo da época foram feitos pela multiartista travesti Rafaela Kennedy), criaram as bases para que novos corpos e pessoas pudessem acessar o ensino superior, oriundas de diferentes localidades e com perfis sociais que alteraram a estética estudantil da instituição. Delá, inúmeras corporalidades negras, pardas, indígenas, PCD's, adentraram neste espaço, modificando-o em um movimento centrífugo. A greve de 2023 marcou os 7 anos de mudança, acúmulos e aprendizados construídos pelo movimento negro que se fizeram presentes como dispositivos pedagógicos na construção dos movimentos ocorridos naquele outubro de 2023. Mas também é importante fazer um destaque: alguns programas de pós-graduação já adotam políticas de ingresso para pessoas trans em seus editais, além do fato de que desde 2020 a universidade já adota uma política de nome social para pessoas trans. Ou seja, as pessoas trans, travestis e não-binárias não passam a existir para a Unicamp a partir da Greve, mas é nesse movimento político que se deu em 2023 que o NCT e o ativismo trans

da Unicamp mostrou sua força política, tanto para os demais segmentos de mobilização estudantil, como para a institucionalidade da universidade, tendo como base as fortes mobilizações e acúmulos do movimento negro, do movimento da Moradia Estudantil e da luta por políticas de permanência. Nesse período o NCT conseguiu realizar uma roda de conversas sobre a necessidade de construção de uma política de ações afirmativas para pessoas trans, e que reuniu cerca de 200 pessoas interessadas. Além disso, organizou aquela que seria a primeira TRANSSsembleia, uma Assembleia de estudantes, nos moldes como são organizadas pelos movimentos sociais cisgêneros, mas voltada para a participação das pessoas trans da Unicamp envolvidas com a greve (que reuniu cerca de 70 pessoas). Dela, pessoas trans foram eleitas como delegados para serem representantes do movimento trans no comando da greve unificada de 2023. A partir daí a história foi escrita. Por fim, ressalto que as conquistas da greve de 2023 só foram possíveis de serem alcançadas, dentre inúmeros fatores, em razão da potência política do movimento trans, na figura do NCT e suas pessoas coordenadoras, como Luara Souza, Sátira Bernardes, Malena Rojas, etc., que assumiram a ponta da greve e coordenaram esse processo, sendo a pauta trans a que deu unidade à greve. Isso se deu no fato de que as coordenadoras da época já possuíam experiência ativista na Unicamp e em outros movimentos sociais de Campo. A pauta das cotas trans esteve como central na mesa de negociações com a Reitoria para que fosse deflagrado o fim e a vitória da greve, junto, inclusive, com as cotas para pessoas que convivem com deficiência.

3. Como foi criado o Grupo de Trabalho (GT) sobre as cotas, e qual seu papel na construção do NCT?

**Solluá:** O Grupo de Trabalho das cotas trans da Unicamp foi conquistado a partir da greve de 2023, sendo uma das pautas principais das mesas de negociação realizadas entre os movimentos sociais que compunham a frente da greve e a reitoria. Ou seja, o GT só foi possível

em função da mobilização dos coletivos de movimentos sociais ativistas que atuaram para a construção de espaços mais democráticos na Unicamp. Não só isso, pelas corporalidades trans que estiveram o tempo todo na linha de frente da construção daquela greve, a qual foi histórica para a luta pela democratização do ensino na Universidade. Quero dizer com isso que o GT só foi possível em razão de corpos trans, travestis e não-binárias que ousaram aterrorizar o espaço tradicional do movimento estudantil da Unicamp (e a institucionalidade desta), para pautar e reivindicar a urgência da adoção de políticas de ações afirmativas para o ingresso na graduação da nossa população. A partir daí, o GT surgiu, de acordo firmado entre movimentos sociais e Reitoria, sendo o documento publicado pela Portaria GR-48/24 da Unicamp. Cabe frisar que o GT reuniu um grupo interdisciplinar de participantes, com pessoas representantes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), do Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, do Núcleo de Consciência Trans (NCT) e do Gabinete do Reitor, além da Comissão de Gênero e Sexualidade da Diretoria Executiva de Direitos Humanos (DeDH), dentre outros. O NCT fez parte diretamente dos trabalhos de construção do GT, além de ter participado ativamente de todas as reuniões do grupo. As pessoas que compuseram o GT como representantes do NCT foram eleitas em Transsembleia que aconteceu no início do ano de 2024, no Teatro da Arena, na Unicamp. Esse espaço democrático conseguiu reunir diferentes corporalidades trans da universidade, para decidirem quem seriam as pessoas que iriam representar o movimento nessa discussão com a institucionalidade da Unicamp. O procedimento considerou os diferentes recortes sociais e políticos de corpos trans dentro do próprio movimento. Ou seja, para a eleição das pessoas representantes, questões de raça, classe social, dentre outras, também foram consideradas, visando ampliar as experiências trans na construção de uma política pública que melhor se adequasse à realidade da Unicamp. Assim, pessoas trans e travestis, transmasculinas e não-binárias, racializadas, PCD's, indígenas, da graduação e pós-graduação, bolsistas e moradores da Moradia Estudantil, compuseram a representação do NCT

junto ao GT. Atividade que tomou parte do cronograma no ano de 2024 do NCT, sendo uma das prioridades da coordenação do Núcleo. Por fim, destaco que o trabalho realizado junto ao GT das cotas trans se deu a partir de pesquisas e levantamento de dados sobre políticas públicas já existentes e adotadas por outras instituições de ensino, junto a extenso estudo sobre o histórico de marginalização, exclusão e violência que atravessa a experiência das pessoas trans no Brasil. Ou seja, a minuta construída pelo GT foi pensada a partir de um árduo esforço coletivo de sistematização de informações e de pesquisa, somado às experiências de ativismo político e envolvimento do NCT junto à comunidade trans, travesti e não-binária da Unicamp e de Campinas.

4. As Transsembleias foram fundamentais nesse percurso. Como elas surgiram e de que forma fortaleceram a mobilização estudantil?

**Solluá:** Conforme mencionei anteriormente, a noção de Transsembleia surgiu ainda durante a greve estudantil de 2023. Durante a ocupação que foi realizada no prédio do IMECC, da Unicamp, pessoas trans envolvidas em todos os procedimentos de gestão da ocupação passaram a perceber a importância do momento político para a reivindicação de políticas de ações afirmativas para pessoas trans, travestis e não-binárias na universidade. Foi da necessidade de auto-organização, e de tomada de decisão em relação a processos que não estavam contemplando o movimento trans participante da greve, na figura do NCT, que a primeira Transsembleia foi chamada: o intuito era o de reunir o máximo de pessoas trans possíveis que estivessem participando da greve, mas que também fossem alunes e que pudesse contribuir, para que, daí, pessoas fossem eleitas como delegados para passarem a compor o comando de greve unificada. Eu lembro que, quando cheguei ao saguão do prédio do CB, na caída da noite, o chão já estava tomado de estudantes, atentes para participarem daquele que seria o primeiro espaço democrático de deliberação de pessoas trans na Unicamp. Ou seja, foi um marco na história

dos movimentos e conquistas trans da Universidade, pois foi o instante em que as diferentes corporalidades trans que já ocuparam esse espaço, puderam se olhar e se reconhecerem como produtoras de um movimento político que era, inclusive, maior que elas: a luta pela democratização do acesso ao ensino superior através da adoção de políticas de ações afirmativas para pessoas trans, travestis e não-binárias. Foi também a primeira vez que eu falei na Unicamp, para tantas pessoas, que eu era uma pessoa trans não-binária. Em determinado momento o microfone ficou aberto para intervenções e encaminhamento de questões à mesa deliberativa. Peguei o microfone e eu, acostumada a dar palestras, falar em público, subir em trio elétrico em razão de organizar paradas LGBT's, etc., vi-me tremendo de ansiosa e contente em reconhecer naqueles olinhos de todos sentados e prestando atenção, a potência em sermos corpos trans em movimento e fazendo política. Além desse momento, ao longo do ano de 2024 o NCT realizou inúmeras Transsembleias, sempre com o caráter de reunir as pessoas trans da Unicamp para a construção coletiva de pautas envolvendo o movimento. É um espaço que tem se caracterizado como de participação democrática na construção do movimento social trans da Unicamp. A título de ilustração, destaco como certas decisões que tiveram que ser tomadas por pessoas coordenadoras do NCT e representantes do mesmo junto ao GT das cotas trans, passaram pela discussão junto às Transsembleias. É um espaço de construção de democracia e no qual pedagogias trans, travestis e não-binárias são produzidas e compartilhadas. É, também, um instrumento de mobilização e tomada de decisões que, pelo que tenho conhecimento, tem se dado somente aqui na Unicamp. Por fim, quero ressaltar a potência desse espaço na construção de saberes e epistemologias a partir do olhar de corporalidades trans, travestis e não-binárias que, com seu acúmulo de experiências a partir da dissidência de gênero, sexualidade e raça, modificam formas clássicas de se pensar os modos de organização dos movimentos sociais, do espaço arquitetônico e epistemológico da Universidade. E estamos apenas começando, já que em 2026 teremos a primeira turma de pessoas ingressantes na Unicamp

oriundas da política de ações afirmativas elaborada pelo GT, e aprovada em reunião do Conselho Universitário (CONSU), por unanimidade, no dia 01/04/2025.

5. O NCT também promoveu ações culturais como o Festival Pró-Cotas (2024) e a Virada TRANSCultural (2025). Como esses eventos contribuíram para dar visibilidade à luta pelas cotas na Unicamp?

**Solluá:** A atuação do NCT sempre se deu a partir da relação dialógica entre cultura e política. Antes mesmo desses dois festivais, o NCT já vinha ocupando diferentes locais da Unicamp com a realização de Slam Balls e Ballrooms, como os eventos que realizamos no Teatro da Arena e na Praça da Paz. Tratam-se de espaços de cultura, luta e resistência tanto da comunidade negra como trans, e que aproximam o diálogo entre a universidade e os demais movimentos sociais e de ativismo de pessoas trans, travestis e não-binárias da cidade de Campinas e região (já que pessoas de outras cidades também são convidadas para participar, através de suas Casas, das Balls e Slams que organizamos). Atividades que também aconteceram durante a realização do Festival das Cotas Trans, em 2024, e da Virada TRANSCultural de 2025. São eventos distintos, mas que possuem em seu núcleo o clamor e a mobilização pela aprovação das cotas trans na instituição. O Festival das Cotas Trans foi realizado como forma de comemoração do movimento trans, através do NCT, da implementação do GT das Cotas Trans. Então, foi um momento de celebração, contemplação e planejamento de atividades futuras a serem realizadas pelo NCT. Foram 3 dias de atividades, que ocorreram em junho de 2024, e que envolveram feiras de artesanato trans, jogos interativos e coletivos, intervenções artísticas, rodas de conversa e mesas com palestrantes convidadas e reconhecidas do movimento trans de Campinas, São Paulo e nacional, contando, por exemplo, com a participação de Suzy Santos, coordenadora da Casa Sem Preconceitos de Campinas, e de Neón Cunha, ativista trans, e de Carolina Iara, travesti intersexo, deputada

estadual eleita pela bancada feminista. Já a Virada TRANSCultural, de 2025, possuiu um caráter de pressão política pela aprovação da Minuta Final elaborada pelo GT das Cotas Trans, que havia sido encaminhada à apreciação do CONSU da Universidade. O evento também foi realizado em 3 dias, contando com inúmeras atividades, dentre elas, a 1<sup>a</sup> Mostra Conhecimentos Insurgentes, organizada com o intuito de reunir as pesquisas realizadas por pessoas trans das mais diferentes áreas do conhecimento da Unicamp. Nesse evento também foi possível contar com a participação da Deputada Federal Erika Hilton, o que ampliou o alcance não só do evento, como da mobilização e pressão para a aprovação das cotas na Unicamp. Ou seja, tira-se de tudo isso que esses espaços culturais não são apenas de produção de festas e fervos, se assim poderíamos resumir, embora também nos interesse que festas e fervos sejam produzidas enquanto parte de nossa comunidade. Mas, neste caso, foram eventos pensados a partir de estratégias de mobilização política, de construção de pressão institucional, tudo visando a ampliação do debate sobre a urgência da adoção das cotas trans, e da implementação das políticas afirmativas para o ingresso na graduação na Unicamp, ampliando as políticas já existentes e a noção de acesso democrático ao ensino superior.

6. Qual foi a importância das audiências públicas nesse processo? Que vozes e argumentos se destacaram nesses espaços?

**Solluá:** Diferente dos eventos culturais promovidos pelo NCT, as Audiências Públicas foram fruto da articulação do GT das Cotas Trans. Durante as reuniões realizadas ao longo do ano de 2024, entendemos que seria necessária a ampliação do debate que estávamos fazendo internamente no GT, para a comunidade da Unicamp e de Campinas. Pautar as cotas trans envolve considerar que se trata de uma política pública e, como tal, demanda a articulação com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Nesse sentido que entendemos que seria de suma importância a realização de Audiências Públicas, tanto no sentido de publicizar os

trabalhos que estávamos realizando, como de fazer possível a escuta da comunidade a respeito da pauta, além da troca de experiências com outras instituições de ensino que porventura já possuíssem tal política de modo institucionalizado. Assim, realizamos duas Audiências, cada qual com propostas de articulações distintas. Na primeira, realizada em setembro de 2024, com caráter político: convidamos diferentes pessoas articuladoras de movimentos sociais de ativismo trans como expositoras, visando ampliar o debate sobre a importância das políticas de ações afirmativas para pessoas trans para o acesso ao ensino superior. Participaram pessoas representando entidades como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Casa sem Preconceitos, Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), Ateliê TRANSmoras e NCT. Realizamos uma intensa mobilização estudantil para a participação dessa audiência, incluindo um dia de paralisação tirado em assembleia do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp, o que contribuiu para a massiva participação estudantil, sendo que o espaço do Auditório do Centro de Ciências Médicas se viu lotado, com sua capacidade máxima atingida. Contabilizamos, ao todo, entre as pessoas que estavam presentes e aquelas que acompanharam a audiência via transmissão online, cerca de 500 pessoas participantes. Já a segunda Audiência, com caráter de debate institucional, foi realizada em outubro de 2024. Enquanto GT, convidamos pessoas representantes da Procuradoria da República do Ministério Público Federal (MPF), do Observatório de Políticas Afirmativas da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Superintendência de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Coordenadoria de Equidade da Universidade Federal Fluminense (UFF), e do Núcleo TRANS Unifesp da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Ou seja, esta segunda oportunidade de discussão com a comunidade acadêmica visou a troca de experiências institucionais entre Universidade que já possuíam em seu quadro de políticas públicas, ações afirmativas voltadas para o ingresso de pessoas trans, e instituições do poder público comprometidas com o avanço de tais pautas educacionais. Realizada, dessa vez, no Auditório da

Associação de Docentes da Unicamp (ADUnicamp), a audiência propôs o debate institucional da minuta que, até então, estava sendo elaborada pelo GT, de modo que foi possível escutar das demais experiências universitárias, para incorporar o aprendizado no processo de construção da minuta das cotas trans da Unicamp. Entendemos que esse processo de realização das audiências foi essencial para a elaboração de uma proposta de ações afirmativas que melhor se adequasse às demandas e realidade da Unicamp, além de ser um espaço democrático de escuta, por parte das pessoas integrantes do GT, da sociedade e comunidade acadêmica, fortalecendo e legitimando, assim, a construção do documento e das mobilizações em prol da aprovação da política na universidade.

7. Como foi construída a articulação política para pressionar a aprovação das cotas? Houve resistência institucional?

**Solluá:** Conforme mencionei anteriormente, podemos dividir as mobilizações a partir de duas frentes de atuação: a que se deu via institucional, e àquela promovida pelo ativismo social, via movimento trans da Unicamp. Em relação à primeira, tomamos o cuidado de buscar construir relações com diferentes atores sociais que trabalham em setores distintos da institucionalidade da Unicamp, e que, de algum modo, possuíam certa influência nos conselhos decisórios. Daí que buscamos diálogo com profissionais docentes, técnicos administrativos e entidades de representação estudantil. Esse trabalho envolveu considerar os diferentes modos de aproximação possível no jogo da política institucional, especialmente por nos colocar, enquanto GT, na posição de fazer um trabalho de “formiga”, de conversa de corredores, dentre outros, visando alcançar e sensibilizar esses agentes em relação à urgência das nossas pautas. No início tivemos certo receio de que o cenário não estaria favorável para a promoção do debate sobre cotas trans, especialmente considerando o período em que estávamos atravessando, de tentativa de retomada democrática após a derrota do bolsonarismo nas últimas

eleições presidenciais. Além disso, em razão de um contexto de debates sobre gênero e identidade de gênero no Brasil que, de um modo ou de outro, alocou corpos de pessoas trans como possíveis ameaças públicas às crianças, aos adolescentes e ao que certos atores sociais entendem como sendo uma “mulher biológica”. Ou seja, estou falando de um cenário de pânicos morais envolvendo as diferenças de gênero, tangenciando também questões de sexualidade, e que atingem de modo mais incisivo as corporalidades e experiências trans. Podemos perceber tal contexto na tentativa de estabelecimento de legislações proibicionistas direcionadas especificamente para pessoas trans, travestis e não binárias, como o são as legislações de limitação do uso de banheiros públicos por pessoas trans, de retirada do debate sobre gênero e sexualidade dos planos de educação, da tentativa de exclusão de pessoas trans dos esportes; todas legislações que desconsideram o avanço social e político dos direitos trans das últimas décadas, além de ignorarem uma gama de pesquisas científicas da área da Sociologia, Antropologia, Psicologia Social, dentre outras, que mostram como o gênero é produzido e se produz a partir de relações sociais contingentes e situadas, não sendo uma categoria fechada em si mesma ou que poderia ser definida pela biologia e somente por ela. Então, para tratar sobre cotas trans, ainda que no contexto de uma universidade como a Unicamp, tomamos o cuidado de buscar trazer o debate considerando o cenário em que estávamos inseridas, de modo a pautar o direito das pessoas trans, travestis e não-binárias em acessarem a educação a partir de políticas que, para além de serem de inclusão social, são também de reparação histórica. Assim, realizamos espaços de discussão da minuta de cotas trans em certos conselhos decisórios, em Congregações de institutos da Unicamp, dando conta de mostrar para as pessoas da comunidade acadêmica, que tratar de cotas trans não é igual a falar de privilégios, mas de igualdade de oportunidades para um grupo social historicamente excluído dos espaços públicos que não sejam à noite ou nas esquinas da prostituição. Soma-se, evidentemente, os atos públicos, as rodas de conversa e produção de cartazes no vão do PB e outras atividades

promovidas pelo movimento social trans, através do NCT, como foram as Ballroom, o Festival e a Virada TRANSCultural.

8. Você pode comentar os principais pontos da minuta aprovada? Houve aspectos mais sensíveis ou disputados nas discussões?

**Solluá:** A minuta elaborada pelo GT das cotas trans se baseou em uma ampla pesquisa documental. Debruçamo-nos a analisar como as demais instituições de ensino superior espalhadas pelo Brasil, estaduais e federais, construíram suas políticas públicas de ingresso para pessoas trans. Esse processo de pesquisa foi necessário de ser realizado para que pudéssemos compreender como essas instituições estavam elaborando, na prática, suas políticas, e a partir de que critérios. Assim, levantamos um vasto arquivo de normativas e minutias institucionais e que, somados à “Nota Técnica sobre Políticas de Ações Afirmativas para pessoas Trans e Travestis e o Enfrentamento à Transfobia no Contexto da Educação Superior”, elaborada pela ANTRA e publicada em 2024, serviram como diretrizes para a elaboração de nossa política, levando em consideração que a Unicamp possui outro histórico no que se refere às políticas de ações afirmativas. Ou seja, buscamos compreender o que daquelas normativas e diretrizes faziam ou não sentido de serem aplicadas no contexto da política que estávamos elaborando para a Unicamp, entendendo que o GT possuía autonomia para elaborar a minuta a partir da realidade da nossa universidade e da sua comunidade acadêmica, e das pessoas trans, travestis e não-binárias de Campinas e região. A minuta elaborada e aprovada na reunião do CONSU está disponível para ser acessada por toda comunidade interessada, mas acredito que alguns pontos podem ser destacados e dizem respeito às conquistas que nós, do NCT, consideramos como avanços em relação às demais políticas que analisamos: a) o modo como o percentual de vagas foi adotado: nas políticas analisadas, percebemos que havia um percentual estabelecido de vagas a ser ofertada por curso de graduação, mas que acabava por não ser superior a 1 vaga destinada para as cotas trans.

No contexto da Unicamp e analisando a documentação da DAC em relação às pessoas que se inscreveram com o uso do nome social no vestibular da Unicamp nos últimos anos, evidenciamos que a oferta de somente uma vaga não daria conta da demanda de pessoas trans vestibulandas. Se, por exemplo, 6 pessoas inscritas como concorrentes e com uso do nome social estavam para um curso, notamos que, em alguns casos, nenhuma vaga era ocupada por uma pessoa trans. Ou seja, nenhuma pessoa foi aprovada para o ingresso na Universidade. O que leva a essa reprovação? A política de ações afirmativas surge justamente para buscar cobrir essa falha no processo de acesso. Assim que chegamos à conclusão de estabelecer um número mínimo de vagas a serem destinadas pelos cursos de graduação, de modo a contemplar as diferentes modalidades (vaga regular ou adicional) e a capacidade de comportar um quadro maior de alunos de cada curso. Por isso, incluímos que, nos cursos de oferta de até 30 vagas, no mínimo 1 será para as cotas trans; já nos cursos com mais de 30 vagas, no mínimo 2 serão destinadas para o uso das cotas trans; b) a interseccionalidade da política: enquanto adendo das vagas para cursos que ofertaram 2 vagas e àqueles que porventura vierem a ofertarem mais de 2 vagas, pois a minuta também prevê essa possibilidade, desde que essa oferta não ultrapasse 5% do total de vagas do curso, incluímos a necessidade de que essa outra vaga contemple uma política interseccional, que leve em consideração aspectos de raça que atravessam a construção das experiências trans e travestis brasileiras. Ou seja, como previsto na minuta, “Os cursos com 2 ou mais vagas deverão distribuir igualmente as vagas entre ampla concorrência e aquelas para pessoas pretas, pardas ou indígenas”. Tal procedimento incluirá que, caso a pessoa se declare como pertencente a algum desses grupos, ela também passe pelas devidas bancas de heteroidentificação e demais procedimentos incluídos nas outras políticas de ações afirmativas da Unicamp. A inclusão da interseccionalidade é algo que não estava presente nos documentos que analisamos durante o levantamento de pesquisa que já mencionei. Tal decisão se deu por considerar as especificidades de como a política e o movimento trans da Unicamp e de Campinas é construído, levando em

conta como os marcadores sociais de diferenciação, como o são gênero e raça, constituem a construção das experiências cotidianas de muitas da pessoas trans, travestis e não-binárias que a política visa alcançar; c) Por fim, o que nomeio de “concorrência concomitante”: consta na minuta aprovada que “As pessoas trans e travestis primeiro concorrem às vagas de ampla concorrência ou de pessoas pretas, pardo ou indígena, e estas não serão computadas como reserva para pessoas trans. Ou seja, “a(s) vaga(s) destinadas a este processo serão preenchidas após a classificação geral dos grupos de ampla concorrência ou de pessoas pretas, pardas ou indígenas, quando for o caso, desde que cumpridas as exigências mínimas do Edital ENEM-Unicamp”. Na prática, isso significa que haverá uma amplitude maior de possibilidade para o ingresso de pessoas trans, travestis e não-binárias na Unicamp. Essa proposta visa possibilitar que, caso a pessoa trans esteja inscrita no vestibular, alcance a nota suficiente para ingressar via ampla concorrência, ela não será diretamente contemplada pela política de cotas. Ou seja, não é por ser ou se identificar como trans que alguém irá necessariamente entrar pela política de cotas trans. A política não foi criada a partir desse parâmetro. Ela serve para possibilitar o acesso de pessoas trans, travestis e não-binárias que, por ausência de condições materiais e por infortúnios da vida cotidiana, incluindo violências transfóbicas, preconceitos ou discriminações em razão de sua identificação de gênero, ausência de oportunidade de sequência de estudos, dentre outros, não conseguem concorrer na lógica branco-ci-colonial meritocrática, daí a urgência de uma política pública. Há, evidentemente, outros pontos que merecem destaque na política que o GT elaborou, como o questionamento de a quem a política se destina, as identificações de gênero contempladas, etc. Mas, do ponto de vista do movimento social, o avanço mais específico se deu na conquista do que destaquei até aqui.

9. Quais são os próximos passos para garantir a efetiva implementação das cotas e a permanência das pessoas trans na universidade?

**Solluá:** A aprovação da minuta da política de cotas para o ingresso de pessoas trans, travestis e não-binárias na Unicamp é apenas mais um dos inúmeros passos em direção a uma universidade cada vez mais democrática. Mas o processo não se encerra aí. Há, ainda, inúmeros desafios a serem ultrapassados, especialmente no que se refere à permanência de pessoas trans nesse espaço educacional. Pensar no acesso à Universidade não pode estar afastado da construção de políticas institucionais específicas para o acompanhamento das pessoas ingressantes. Em primeiro plano, é preciso ressaltar que o ingresso de pessoas trans contribui para a transformação da Universidade no aspecto da produção de conhecimento. Corpas distintas com outras experiências, oriundas de outras comunidades de sociabilidade, agregam outros olhares em relação a como certos conhecimentos são construídos no âmbito da academia. Falo, aqui, de como epistemologias clássicas e cis-centradas são colocadas no centro de tensionamento, forçando que outras posições teóricas estejam presentes em campos distintos de saber. Epistemologias trans, ou transepistemologias, como temos nomeado a produção de conhecimento por pessoas trans, são campos de produção de saber que emergem a partir do ingresso de pessoas trans na academia, possibilitando a ampliação dos territórios de imaginação sociais e políticos. Nesse sentido, aponto como essencial que a Unicamp esteja preparada para receber esses conhecimentos outros. Será necessário, por exemplo, que a universidade invista em processos de formação continuada sobre questões envolvendo gênero, sexualidade e raça, o que se dá tanto no quadro de profissionais docentes, como com o pessoal que trabalha como técnicos administrativos, servidores terceirizados, e outros, visando produzir um espaço propício ao acolhimento. Vale lembrar que a universidade não está isolada das problemáticas que acometem pessoas trans em seus cotidianos, como preconceitos, discriminações, violências de gênero, sexualidade e raça, transfobia, dentre outras. Políticas de permanência envolvem pensar, também, nas mudanças estruturais que a universidade precisa tomar, visando tornar o ambiente do campus de acesso de todos: a adoção de uma política de banheiros neutros, que dê conta de possibilitar

que as pessoas usem o banheiro a partir da sua identificação de gênero. Além disso, é preciso considerar que muitas das pessoas trans que acessam a universidade, iniciam seus processos de transição aqui dentro, pois, dentre inúmeros fatores, a família pode não ter sido o local de acolhimento e pertencimento para a autoidentificação enquanto uma pessoa trans. Daí que emerge, por exemplo, a necessidade de construção de espaços de moradia específicos para realizar o acolhimento de pessoas trans que, em situação de vulnerabilidade, irão utilizar esse espaço como forma de se manter na Unicamp. Junto a isso, políticas de bolsas que complementam as já existentes na instituição precisaram ser construídas. Destaco, também, que a política de cotas trans aprovada prevê a revisão de suas normativas no período de 5 anos após sua implementação. Essa decisão, tomada durante o GT, serve para que a Unicamp possa produzir dados específicos sobre a população que está entrando pelas cotas. Visa, pois, possibilitar a análise das documentações de ingresso e acompanhamento das pessoas trans, para o aprimoramento da política e, se necessário, sua devida adequação e modificação. Outro ponto relevante está relacionado ao respeito ao nome social das pessoas trans. Embora a Unicamp já possua uma política específica sobre o assunto, e que está em vigor desde o ano de 2020, nós, enquanto NCT, ainda recebemos, anualmente, denúncias vindas de pessoas trans ingressantes que, mesmo optando pelo uso do nome social no procedimento burocrático de inscrição, ainda passam pelo constrangimento de terem seu “nome morto” utilizado em chamadas de sala de aula ou em outros espaços que utilizam do campus, como o CECON. Isso acontece porque a Unicamp não possui um sistema unificado de registro de dados, troca de informações, etc., de modo que o compartilhamento da informação do nome social, muitas vezes, não passa da porta da DAC. Isso, para nós, é algo inaceitável em uma Universidade que está se abrindo para acolher pessoas em suas diferenças. A adoção da política de ações afirmativas para pessoas trans não pode estar afastada das mudanças institucionais necessárias que a Unicamp precisará adotar. E nós,

como Núcleo de Consciência Trans, iremos acompanhar essas mudanças de perto, pois quando a Universidade transiciona, todos transacionam.

10. Para encerrar, que mensagem você deixaria para as futuras gerações de estudantes trans que irão ingressar na Unicamp a partir dessa conquista?

**Solluá:** Eu não sou necessariamente uma pessoa otimista a ponto de deixar mensagens. Viver como uma pessoa trans no Brasil, muitas vezes, não nos deixa margens para pensar em “futuros possíveis”. Mas posso ousar refletir com e a partir de Claudia Rodríguez, travesti chilena autora do “Manifesto Horrorista”. Ela nos aponta a necessidade de construir narrativas de horror para nossas próprias experiências enquanto pessoas trans e travestis - e incluo as pessoas não-binárias. Se, em diferentes períodos históricos, nomearam-nos como monstruosas, loucas, anormais, perversas, sodomitas, violentas, aidéticas, e tantas outras adjetivações denunciadas pelas corporalidades trans brasileiras, latinas ou mundo afora, e o fizeram como forma de nos matar, humilhar, constranger, violentar, encarcerar, Claudia nos convida a sermos horrorosas a partir de nossas próprias epistemologias. Pensar um corpo trans como terrorista de gênero, nos dizeres de Linn da Quebrada. Um corpo quebradiço que denuncia as marcas da arbitrariedade da colonialidade do gênero, do racismo, da transfobia. Não há percurso fácil a ser trilhado para um corpo horrorista, horroroso, que experiencia o horror, ainda mais considerando o período de pânicos morais envolvendo questões relacionadas à travestilidade e transexualidade no Brasil dos últimos anos. Há luta. Há batalhas a serem travadas, mas com estratégia e a partir de alianças. Aliar-se com outras pessoas trans, com outros movimentos sociais, com populações indígenas, comunidades negras, movimento de pessoas que convivem com deficiências, é a estratégia que precisamos criar para nos mantermos como corpos vivíveis. Corpos que recusam o status de “matáveis” a partir de uma indução de condição precária por parte do Estado e suas

instituições, como anuncia Judith Butler. Em 2026 teremos o “Ano I” da política de ações afirmativas para o ingresso de pessoas trans, travestis e não-binárias na Unicamp. Essa foi uma conquista feita a partir de muito esforço, com “sangue de travesti preta nas mãos”, como Luara Souza, Co-fundadora e Co-coordenadora do NCT, demarca fortemente em seus pronunciamentos junto ao movimento social. É necessário respeitar essa memória, buscar a história de Agnes Lemos, transmasculino suicidado pela transfobia institucional, e sua contribuição para a consolidação dessa política pública. É preciso lembrar das que estão vivas e lutaram para que esse sonho de implementação de uma política se concretizasse. Agora, pensando mais uma vez, se eu puder deixar uma mensagem, que as novas gerações não deixem a história ser apagada ao prazer da cisgeneridez transfóbica, racista, fascista e conservadora, pois é a partir da negação da história que esquecemos da importância de construir o presente e da urgência de imaginar futuros trans impossíveis, pois jamais seremos possíveis dentro das normativas cisheterobrancozentradas. Lembrar para não esquecer. Agnes Lemos, presente!